Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Quarta-feira, 22 de dezembro de 2021
Ano CVII ● Número 29.021
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

A VIDA SEVERINA – LULA CANDIDATO

Faltou ao ex-presidente o entendimento da questão nacional. Por Felipe Quintas e Pedro Augusto Pinho, **página 2**

OS DESAFIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO

Momento é bastante propício para esse tipo de movimentação. Por Rafael Dutra., **página 2**

AONDE CHEGAMOS, DÁ PARA PROSSEGUIR?

A burguesia norte-americana não cabe inteira em Marte. Por Paulo Márcio de Mello, **página 4**

Orçamento prevê menor investimento público da história

Mínimo vai a R$ 1,2 mil e déficit a quase R$ 80 bi

O relatório final do Orçamento de 2022 foi aprovado nesta terça-feira na Comissão Mista do Orçamento (CMO) e seria votado ainda à noite por deputados e, em seguida, senadores. O recesso parlamentar começa na quinta-feira.

O salário mínimo previsto para vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022 é de R$ 1.210; o Auxílio Brasil terá R$ 89 bilhões; o fundo eleitoral vai repartir R$ 4,9 bilhões; o Censo 2022 contará com R$ 2,2 bilhões; a área da Saúde terá mais de R$ 147 bilhões; e a Educação, mais de R$ 113 bilhões. O relatório do Orçamento prevê um investimento público de R$ 44 bilhões, o menor da história. O substitutivo do relator prevê um déficit de R$ 79,3 bilhões nas finanças do Governo Federal.

O texto reduz a estimativa de crescimento da economia (de 2,5% do PIB para 2,1%) e eleva a da inflação oficial (IPCA) para 4,7% em 2022. Os benefícios previdenciários e o salário mínimo serão corrigidos pelo INPC, estimado em 10,18% para 2021.

O teto de gastos da União aplicável ao exercício financeiro de 2022 passa de R$ 1.610,0 bilhões para R$ 1.679,5 bilhões. O calote nos precatórios será de R$ 43,5 bilhões, pouco menos da metade dos R$ 89,1 bilhões que deveriam ser pagos em 2022.

O valor mínimo a ser aplicado em manutenção e desenvolvimento do ensino para 2022 é ampliado de R$ 60,2 bilhões, inicialmente previsto no PLOA 2022 encaminhado pelo Poder Executivo, para R$ 62,8 bilhões. No substitutivo, os recursos destinados a essa despesa totalizam R$ 113,4 bilhões, consideradas todas as fontes de recursos.

Para as emendas de relator, o substitutivo destinou R$ 16,5 bilhões para atender demandas de senadores e deputados. Entre elas, estão previstos R$ 4,68 bilhões para a atenção primária à saúde; R$ 1,25 bilhão para o Sistema Único de Assistência Social; R$ 880 milhões para a educação básica; R$ 60 milhões para esgotamento sanitário.

Os parlamentares apresentaram 6.689 emendas individuais e coletivas, sendo 5.231 de deputados, 866 de senadores, 415 de bancada estadual e 177 de comissão. Ao todo, foram destinados R$ 21,12 bilhões para atender a essas emendas.

Shadati/Xinhua

Lira turca se recupera após cair 60% no ano

A lira turca se recuperou nesta terça-feira na sequência de uma série de medidas anunciadas pelo presidente Recep Tayyip Erdogan para apoiar a economia e proteger as poupanças das flutuações da moeda nacional. Nas negociações da manhã, a lira saltou 16% em relação ao dólar, sendo vendida a 11 liras por dólar, antes de se estabilizar em torno de 13.

A moeda turca atingiu uma baixa recorde de 18,30 contra o dólar na segunda-feira, uma perda de valor de quase 60% desde o início do ano.

Falando pela televisão depois de uma reunião de gabinete na noite de segunda-feira, Erdogan revelou novas medidas estatais, incluindo compensar as perdas incorridas pelos detentores de depósitos de liras, caso a queda em dólares ou euros exceda as taxas de juros prometidas pelos bancos, informa a agência de notícias Xinhua.

Defendendo sua política de taxas de juros baixas, Erdogan disse que a nova medida incentivará os cidadãos a não converterem suas liras em dólares ou euros, fazendo com que a lira suba até 20% em relação ao dólar. Enquanto isso, a taxa de subsídio do Estado para o sistema de aposentadoria pessoal será elevada de 5% para 30%, acrescentou.

O Ministério do Tesouro e Finanças divulgou um comunicado na terça-feira sobre o novo esquema de taxa de câmbio para proteger e aumentar a confiança nas poupanças denominadas em liras. A ferramenta é válida para contas de depósito em lira com vencimento em três, seis, nove e 12 meses, e a taxa de juros mínima será a taxa básica de juros do banco central, que é de 14%.

Leilão de energia contrata usinas poluidoras

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) realizaram o primeiro leilão para contratação de reserva de capacidade de geração de energia no Brasil. No total, 4,6 gigawatts de disponibilidade de potência foram negociados, valor equivalente a um terço da geração da usina de Itaipu Binacional.

O certame teve como objetivo garantir o fornecimento de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN) por meio da contratação de potência elétrica e de energia associada proveniente de usinas termelétricas novas e existentes, com início de suprimento em 2026 e 2027. A capacidade contratada poderá ser acionada, ou não, conforme a necessidade.

Os empreendimentos vencedores foram nove termelétricas movidas a gás natural e uma a bagaço de cana-de-açúcar, além de cinco a óleo combustível e duas a óleo diesel que participaram do leilão por força de liminares na Justiça. Os investimentos previstos somam R$ 5,98 bilhões, com receita fixa de R$ 3,4 bilhões por ano. Os contratos terão vigência de 15 anos.

"A partir de julho de 2026, os empreendimentos contratados deverão oferecer a potência pelo preço ofertado no leilão sempre que o Operador Nacional do Sistema (ONS) solicitar o despacho em momentos de pico da demanda dos consumidores. Essa medida reduz custos na geração em períodos secos, em especial nos anos de escassez hídrica como o verificado em 2021", explicou a Aneel, em comunicado.

As termelétricas são acionadas quando as hidrelétricas não conseguem suprir a demanda por energia. Por serem, normalmente, movidas a carvão, têm um custo maior para os consumidores e são mais poluentes.

O produto Potência, novidade no leilão, foi vendido por 17 usinas termelétricas e contratado diretamente pelos consumidores de energia, por intermédio do Governo Federal, ao custo médio de R$ 824,5 mil por megawatt-hora ao ano (R$/MW.ano). Houve um deságio de 15,34% em relação ao preço inicialmente previsto, que, segundo a Aneel, se refletirá em uma economia de mais de R$ 10 bilhões para os consumidores de energia. O leilão do produto Energia não teve negociações.

Anac aprova leilão de aeroportos com perda para Rio

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou as minutas do edital e dos contratos de concessão de 16 aeroportos à iniciativa privada. Os documentos serão analisados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O leilão da 7ª rodada de concessão dos aeroportos está previsto para o primeiro semestre do próximo ano.

As concessões abrangerão 39,2 milhões de embarques e desembarques no país, o equivalente a 26% do volume de passageiros registrado em 2019 e devem render R$ 8,6 bilhões em investimentos privados nos próximos 30 anos.

Os aeroportos foram divididos em três blocos. Um mesmo consórcio poderá arrematar os três blocos, com lance mínimo de R$ 905,8 milhões.

O primeiro é formado por nove terminais em São Paulo, em Mato Grosso do Sul e no Pará, liderado pelos aeroportos de Congonhas e Campo de Marte, em São Paulo. O lance mínimo é de R$ 525,2 milhões.

Liderado pelos aeroportos Santos Dumont e de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, o segundo bloco também engloba 3 aeroportos em Minas Gerais. O lance mínimo é de R$ 324 milhões.

O terceiro bloco abrange os aeroportos de Belém e de Macapá, com lance mínimo de R$ 56,6 milhões.

A Anac fez mudanças mínimas no edital do Santos Dumont, o que ameaça a continuidade do Galeão como hub de aviação no país, analisa o ex-secretário de Transportes Delmo Pinho. Fatos & Comentários, **Página 3**

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,7372
Dólar Turismo	R$ 5,8900
Euro	R$ 6,4824
Iuan	R$ 0,9010
Ouro (gr)	R$ 324,00

ÍNDICES

IGP-M	0,02% (novembro)
	0,64% (outubro)
IPCA-E	
RJ (jun.)	0,69%
SP (jun.)	0,81%
Selic	9,25%
Hot Money	0,63% a.m.

A vida severina maior do que o partido político – Lula candidato

Por Felipe Quintas e Pedro Augusto Pinho

O jornal *O Estado de S. Paulo* tem, desde 10 de novembro de 2021, novo diretor de jornalismo buscando enfrentar a possível candidatura de Lula à presidência do Brasil. O comunicado de Francisco Mesquita Neto, presidente do Grupo Estado, apresenta Eurípedes Alcântara como o jornalista que passou 31 anos na revista *Veja*, tendo-a dirigido nos últimos 12 anos lá trabalhados.

Nem precisava afirmar que a credencial que levou à contratação do novo diretor não foi o resultado de sua administração na *Veja*, mas se deveu à campanha que empreendeu contra Luiz Inácio Lula da Silva (Caetés, PE, 1945) conseguindo, juntamente com o sistema Globo, minimizar a mobilização popular que impediria os arbítrios do juiz Moro.

O *Estadão* desistiu de procurar o candidato tucano, pois para este defensor da retrógrada classe rural paulista, Lula é inaceitável. Para a imprensa comercial, antipopular, neoliberal e corrupto-defensora dos verdadeiros corruptos, os financistas, é inimaginável voltar a ver o pobre na fila de embarque nos aeroportos, os filhos de porteiro se formando nas faculdades e todos se alimentando. O escravismo, repaginado na forma de modernidade global, é o substrato sociogenético das oligarquias brasileiras.

Na biografia do ex-presidente divulgada pelo Instituto Lula se lê que "nasceu numa casa de dois cômodos e chão de terra batida no semiárido pernambucano. Sem luz, água encanada, banheiro ou sapatos, o menino tinha sete anos quando montou num pau-de-arara e, cumprindo a sina de milhares de outros brasileiros, 'despencou' para o sul-maravilha com a mãe e os irmãos, a fim de reencontrar o pai, que havia retirado semanas antes dele nascer, em busca de uma vida melhor longe da seca e da miséria".

"Ambulante aos 8 anos e engraxate aos 9, vira ajudante de tinturaria no início da adolescência, quando se muda para São Paulo com a mãe e os irmãos solteiros. Conclui o ginásio e, empregado numa metalúrgica aos 14 anos, é admitido no curso técnico de torneiro mecânico do Senai". O golpe militar vai encontrá-lo com 18 anos e esperançoso de ver o Brasil crescer, ampliar a oferta de emprego e melhores salários para a classe trabalhadora.

Ninguém que tenha acompanhado seu desempenho sindical e político poderia pensar que estava votando num revolucionário, de formação intelectual marxista, em 1989, em 1994, em 1998 e na vitória de 2002, e muito menos ainda na reeleição em 2006.

Lula sempre lutou na vida pessoal e política pelas condições da melhor existência "severina", que João Cabral de Melo Neto cantou maravilhosamente:

"somos muitos severinos iguais em tudo na vida:
a mesma cabeça grande que a custo se equilibra,
no mesmo ventre crescido sobre as mesmas pernas finas,
e iguais também porque o sangue que usamos tem pouca tinta.
E se somos severinos iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual, mesma morte severina:
que é a morte de que se morre de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia".

(JC de Melo Neto, *Morte e Vida Severina*, *Auto de Natal Pernambucano*, 1954-1955).

"A esperança, finalmente, venceu o medo, e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos". "Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar". "Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha. Por isso, defini entre as prioridades de meu governo um programa de segurança alimentar". "Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida". (Discurso em 1º/1/2003, na sessão solene de posse no Congresso Nacional).

Emprego e três refeições por dia era o projeto do Lula candidato e do Lula presidente. Tudo mais surgiu de sua inteligência privilegiada e de alguns assessores próximos, mais interessados no Brasil, em sua projeção nacional, do que em suas carreiras e menos ainda em riqueza pessoal. Eram e são poucos, mas Lula os ouviu e daí se têm o Brics, o G-20, a Unasul e seu importantíssimo Conselho de Defesa Sul-Americano, e programas de melhorias para o País, mais amplos do que o emprego e a assistência.

No entanto faltou o entendimento da questão nacional, capaz de sistematizar programas estruturantes, como fez Getúlio Vargas, que duraram quase um século, embora sempre combatidos pelas forças contrárias ao povo e à Nação Brasileira que os procuravam destruir.

Não há dúvida da consistência e da lealdade de Lula à questão social. Mas esta foi conspurcada pelas finanças no que se denominam "causas identitárias", como se fossem desprendidas da sociedade, do País, como se pudesse tratar da sujeição sexual da mulher, da descriminação racial do negro, das opções e condições sexuais desvinculadas do Estado Nacional, que detém os instrumentos educacionais, a regulação das relações dos cidadãos e as repressões afastados do permanente envolvimento com tudo que é humano e nacional.

Públio Terêncio Afro, nascido em Cartago, na África, em 185 a.C., vendido como escravo, educado e libertado pelo senador romano Terêncio Lucano, foi dramaturgo e lhe é atribuída à frase "nada do que é humano me é estranho". Mas o que pode ser mais humano que a organização da sociedade humana, integradora de todos numa única qualificação: cidadão.

Esta é a visão que, em nosso entendimento, falta ao humanista Lula: a compreensão da organização social onde estarão como fundações, como pilares de sustentação, bases onde possam ser fincadas todas as soluções e todas as possibilidades de realização dos seres humanos. Lula é um honesto defensor de melhorias nos galhos, como se eles não fossem a culminância de um corpo com tronco e raízes.

Os donos do capital apátrida, sem compromisso nem com pessoas nem com países, usam as manifestações de classe, de exclusão nas disputas pelo poder e pela riqueza, para dividir e reinar sobre as pessoas, sem qualquer verdadeiro interesse na solução de seus problemas. Ou alguém imagina que George Soros, um apátrida investidor de dez bilhões de dólares estadunidenses, está preocupado com a violência contra as mulheres brasileiras, com a perseguição policial aos negros estadunidenses, aos índios peruanos, aos homossexuais no Oriente Médio, ou qualquer pauta identitária?

Ele se manifesta clara e objetivamente contra o nacionalismo; sua Open Society, criada em 1984, defende a liberação das drogas, a legalização do aborto e a libertação de presos que eles chamam de "não violentos". A organização também se orgulha de financiar projetos que "promovam os direitos em áreas como o reconhecimento legal da fluidez de gênero".

Em entrevista recente, e vem sendo divulgado por lulistas, o ex-presidente ocupou boa parte de seu tempo encarcerado para ler. É auspiciosa notícia. Teria entendido a importância da questão nacional para dar consistência e consolidar o atendimento das questões sociais?

De qualquer modo, ainda será muito melhor do que a continuidade Temer–Bolsonaro ou do agravamento e aceleração do fim, da extinção do Estado Nacional Brasileiro com Sergio Moro. Resta sabermos se queremos nos conformar com o "menos ruim" ou construir, desde já, soluções de longo prazo à altura da grandeza do nosso País.

Felipe Maruf Quintas é doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF).
Pedro Augusto Pinho é administrador aposentado.

Os desafios de empreendedores no processo de internacionalização

Por Rafael Dutra.

Quando falamos no processo de internacionalização, geralmente vêm em mente as gigantes multinacionais. O que, de uns tempos para cá, não é o caso. Fazer negócios fora do Brasil tem gerado tantas oportunidades que empreendedores e pequenas empresas passaram a olhar para essa possibilidade com mais atenção.

Dados da Fundação Dom Cabral (FDC) reforçam essa percepção: as organizações brasileiras estão presentes e atuam diretamente em 40,8% do globo; 89 países possuem sedes próprias ou franquias de empresas brasileiras; e são mais de 500 com operações fixas em outros países.

O movimento de internacionalização traz grandes possibilidades e isso não mudou com a desaceleração da economia (causada pela pandemia de Covid-19). Ainda de acordo com a FDC, mais de 70% das empresas buscam entrar em novos mercados nos próximos anos.

Na teoria, é tudo muito surpreendente e vantajoso, mas, na prática, são muitos os desafios de se internacionalizar uma marca, produto ou serviço. As empresas encontram barreiras que vão desde as variações cambiais (mais fortes do que nunca hoje em dia) até entraves burocráticos para realizar contratações nos países de interesse.

Além de estudar muito bem a viabilidade do negócio fora do Brasil, é preciso levar algumas outras questões em consideração antes de dar esse passo. Uma das primeiras etapas, após o estudo do mercado de interesse, é preciso olhar com atenção os aspectos legais de operação de empresas no país escolhido.

Nesse caso, vale estudar com cuidado as documentações necessárias para tornar a operação da sua empresa legal na região – quais leis e exigências são necessárias para operar nesse lugar? É preciso observar que muitas regiões exigem, por exemplo, certificações específicas que comprovem a qualidade do seu produto ou serviço.

Uma vez que todas as documentações e exigências foram analisadas e adequadas, coloque no cronograma o estudo de empresas semelhantes a sua que operem na região de interesse. Avaliar concorrentes é a melhor maneira de estipular os primeiros passos da sua marca fora do Brasil – especialmente para entender questões de sazonalidade e outros desafios que podem variar muito de país para país.

Uma etapa importante para a internacionalização de uma empresa é pensar no modelo e na estratégia a ser seguida nesse novo passo. Existem as mais diversas formas de levar uma marca para fora do Brasil, qual melhor se adéqua para você? Pode ser o modelo mais comum de mercado, que é o de exportação. Nesse caso, os riscos são menores e a adaptação é mais tranquila. Ou, então, pensar em um esquema de franquias, encontrando parceiros que sejam capazes de representar a sua marca no país de interesse. Uma outra possibilidade é a de investimentos diretos, ou seja, comprar uma empresa local que já existe e opera e vender por meio dela.

As possibilidades são muitas, e é importante definir qual está mais em linha com o seu objetivo de negócios antes de sair tomando atitudes precipitadas. De qualquer forma, vale avaliar levar a sua marca para fora do Brasil, pois o momento é bastante propício para esse tipo de movimentação. Por que esperar?

Rafael Dutra é CEO da Elements.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à
ANJ Associação Nacional de Jornais

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitor.interpress@hipernetelecom.com.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Anac insiste no erro e dá prejuízos à União

Foi com surpresa e decepção que o ex-secretário estadual de Transportes do Rio de Janeiro, assessor da presidência da Fecomércio RJ e presidente do Conselho de Transportes da ACRJ, Delmo Pinho, recebeu a notícia de que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) liberou, com pequenas mudanças, o edital de concessão do Aeroporto Santos Dumont. A ampliação do prazo para a concessionária fazer investimentos obrigatórios para obter certificação internacional, de 3 para 5 anos, "infelizmente é a mesma coisa que nada", afirma o ex-secretário à coluna.

O que mais decepcionou foi que, após uma audiência pública em que entidades como Fecomércio RJ, ACRJ e Firjan, além de especialistas na matéria, apresentaram as falhas do edital, mesmo assim a Anac insistiu em manter um modelo tecnicamente falho, em que o interesse está apenas em obter o maior valor de outorga, desprezando uma análise econômica da concessão, e pior, mostrando desconhecimento enorme da questão aeroportuária do Rio de Janeiro.

Delmo Pinho explica o cerne da questão: do jeito que está, a concessão do Santos Dumont vai representar a inviabilização do Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim – Galeão, que deixará definitivamente de ser um hub aéreo no País. "Passando o verão, final de março, gradativamente o Galeão vai virar um aeroporto fantasma", vaticina o especialista, com a experiência de quem foi técnico de aviação civil do DAC e atuou por décadas no setor

O ex-secretário lembra que os aeroportos não são dos concessionários, nem da Infraero; são da União, que nos últimos 40 anos investiu mais de US$ 5 bilhões no Galeão. Esse patrimônio, pago pelo cidadão, será perdido, e ao mesmo tempo serão feitos investimentos vultuosos no Santos Dumont.

A construção de uma linha de metrô integrando Galeão e Santos Dumont ao sistema metroviário carioca é uma iniciativa positiva, mas não muda o quadro, analisa Pinho, pois se trata de algo complementar, incapaz de impedir o esvaziamento do aeroporto internacional.

(cabe aqui o parêntese: a linha de metrô foi proposta pelas entidades fluminenses na audiência pública, com a estimativa de custo de R$ 2 bilhões; fala-se agora que o custo seria de R$ 5,5 bilhões).

O importante, de fato, e primeira medida para equilibrar o uso do Santos Dumont e Galeão é, sem qualquer dúvida, restringir a atual capacidade operacional do Santos Dumont. O resto é complemento. Na coluna de amanhã, explicaremos a origem do problema e o que se propõe para superá-lo.

Exportação de empregos

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, comemorou que 12 FPSO (plataformas de petróleo) já estão em construção e 10 entrarão em construção graças ao último leilão do pré-sal. Quantas estão sendo feitas no Brasil? Zero.

Rápidas

A startup Non-Fungible Brasil cria projeto de curadoria temática "Qual Braszil é o seu?" que selecionará até 10 artes digitais de artistas independentes para transformá-las em NFTs. As inscrições vão de 15/1 a 15/2/22. Mais informações em nfbr.io/curadoria *** Após forte queda ontem, a Bolsa do Chile subiu pouco mais de 1% nesta terça-feira.

Açúcar refinado e maracujá foram os vilões do supermercado em 2021

Neste ano a inflação oficial do Brasil deve fechar nos dois dígitos. Desde 2015 que isso não acontece. Os energéticos, os componentes tecnológicos (veículos e linha branca) e também os alimentos contribuíram para a alta dos preços, que persistem no patamar elevado mesmo em meio ao baixo crescimento da atividade econômica. Nesse cenário, o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) fez uma lista com os dez alimentos que mais dispararam e os dez que mais recuaram nos últimos 12 meses, esses ajudando a segurar um pouco o ímpeto inflacionário.

O açúcar refinado, no topo da lista, subiu 53,05% nos últimos 12 meses, de acordo com o IPC-DI/FGV (novembro de 2021). Resultado semelhante teve o maracujá (52,02%), seguido por filé mignon (39,07%), café em pó (38,69%) e alimentos preparados e congelados de carne bovina (33,71%). Já o frango em pedaço subiu 28,68%. Do lado negativo, a boa notícia veio das frutas: o preço do limão caiu 18,50%, o da maçã 16,30% e o da banana da terra recuou 11,05%. Já o arroz variou menos 8,27% e o feijão mulatinho menos 2,02%.

"Boa parte da inflação que sofremos em 2021 é culpa do cenário climático que castigou a produção agrícola brasileira até meados de outubro, com um impacto forte nas proteínas, altamente dependentes do milho e da soja para compor sua alimentação. Mesmo agora com a melhoria no cenário climático, há alguma demora no repasse da queda pela cadeia, além de outros custos que ainda impactam esse mercado, como o diesel em virtude do preço dos fretes", analisa o economista Matheus Peçanha, pesquisador do IBRE, responsável pelo levantamento.

Já segundo o levantamento do Radar Scanntech de novembro, o varejo alimentar continua crescendo em valor e caindo em unidade, reafirmando o resultado dos meses anteriores que vêm mostrando a desaceleração de crescimento em vendas ao longo do ano em todos os canais do país.

De acordo com o estudo, no acumulado de 2021 o crescimento das vendas em valor (5,2%) segue abaixo da inflação e com retração em unidades (menos 7,4%), e o mês de novembro teve crescimento ainda menor (2,5%) que os demais meses no ano, enquanto a queda (menos 6,6%) em unidades ameniza quando comparado com a média de 2021 (menos 7,4%).

As regiões Norte (6,3%) e Sul (6,3%) são as que têm maior crescimento de vendas em valor, enquanto São Paulo destoa das demais regiões, com crescimento acima da média nacional no atacarejo regional (10,9%) e o menor crescimento no formato supermercados (2,5%).

O estudo revela que a frequência de loja teve queda pelo segundo mês seguido quando comparado à 2020. Por outro lado, o tíquete médio em valor segue estável, mas com o aumento dos preços no ano, reafirmando que os consumidores continuam gastando mais e levando menos produtos para casa.

Entre as top 20 categorias com maior crescimento em valor, o destaque de novembro vai para óleo, arroz, café moído, açougue, aves e açúcar, impulsionado pelo aumento de preços, já que em unidades apresenta retração. Apenas chocolate, petiscos snacks e energéticos crescem em unidades.

Já as top 20 categorias de maior retração são: cerveja, eletrodomésticos e álcool em gel, que contribuem (62,9%) para a queda.

O Radar Scanntech de novembro revela que as vendas no varejo alimentar foram fracas mesmo em um mês que possui uma semana de destaque diante das oportunidades de consumo na Black Friday, vendendo 38% acima da média das demais semanas do ano. O estudo revela que metade das categorias historicamente mais buscadas neste período tiveram vendas mais fracas (menos 4%) quando comparado com o ano de 2020, enquanto algumas novas categorias aparecem como destaque, crescendo (142%).

Centro-Oeste e Sul lideraram queda no desemprego

Estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), nesta terça-feira, demonstra que a retomada do mercado de trabalho se intensificou no último trimestre do ano. O documento, que analisa os dados desagregados da Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios (PNAD) Contínua, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), informa que todos os segmentos pesquisados apresentaram queda nas respectivas taxas de desocupação, tanto na margem, quanto na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

O recorte regional mostra que o desemprego recuou em todas as regiões do país, com destaque para Centro-Oeste e Sul, em que as taxas já atingiram patamares menores que os observados no terceiro trimestre de 2019, ou seja, anteriores à pandemia. Em termos absolutos, as maiores taxas de desocupação foram verificadas em Pernambuco (19,3%), Bahia (18,3%), Alagoas (17,1%) e Sergipe (17%). Já as taxas de desocupação das regiões metropolitanas e não metropolitanas passaram de 17,7% e 12,7% em 2020 para 14,9% e 10,9% em 2021, respectivamente.

Os dados por sexo, por sua vez, mostram que, embora tenha ocorrido queda da desocupação para ambos, esta foi mais intensa entre os homens. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, enquanto a desocupação masculina recuou de 12,9% para 10,1% (-22%), o desemprego entre as mulheres passou de 17,5% para 15,9% (-9%). No caso dos homens, o desemprego já se encontra em um nível muito próximo ao período pré-pandemia, já que a taxa de desemprego do terceiro trimestre de 2019 era de 10% para o segmento.

O recorte por faixa etária mostrou que praticamente todos apresentaram redução em suas taxas de desemprego no terceiro trimestre. A única exceção foi dos trabalhadores com mais de 60 anos, em que a desocupação se manteve estável no período recente. O efeito da expansão interanual de 14,1% sobre a redução da desocupação desse grupo foi anulado pelo crescimento de 14,2% da força de trabalho.

Já para os mais jovens, apesar da população economicamente ativa ter apresentado uma elevação de 10,7%, o expressivo aumento de 18,5% da população ocupada, fez com que a taxa de desocupação deste grupo recuasse de 30,6% no terceiro trimestre de 2020 para 25,7% no mesmo período de 2021. O recorte por escolaridade mostrou uma queda generalizada da desocupação para todos os níveis de instrução. Embora os trabalhadores com ensino médio incompleto seja o segmento a apresentar a maior taxa de desemprego (20,1%), a ocupação desse grupo foi a que mais cresceu no terceiro trimestre (14,9%), o que possibilitou um recuo de quatro pontos percentuais da desocupação entre 2020 e 2021, mesmo em um cenário de alta de 11% da força de trabalho no período.

NOSTRAND PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ/ME nº 15.349.272/0001-79 - NIRE 35226506770

Distrato Social. Pelo presente instrumento particular, **Brasilor Comércio de Produtos Ópticos e Participações Ltda.,** sociedade limitada, com sede social na Avenida Almirante Barroso, nº 52, 32º andar, conjuntos 3201 e 3202, Centro, CEP 20031-918, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 55.739.080/0001-93 ("Brasilor"), neste ato, representada na forma do seu Contrato Social por seus administradores, o Sr. Nicolas Jean Etienne Duhamel, francês, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro de nº V364178-4, expedida pelo CGPI/DIREX/DPF e inscrito no CPF/MF sob o nº 229.773.538-36 e a Sra. Tatiana Martins Kipper, brasileira, solteira, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade de nº 4056759204, expedida pela SJS/II RS, inscrita no CPF/MF sob o nº 703.526.900-20, ambos residentes e domiciliados na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço profissional na Rua Visconde de Ouro Preto, nº 5, 2º andar, bairro de Botafogo, CEP 22250-180, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de única sócia-quotista da **Nostrand Participações Ltda.,** sociedade limitada, com sede social na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 1.455, 5º andar, sala 51, CEP 04543-011, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob nº 15.349.272/0001-79, com seu contrato social devidamente registrado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE 35226506770, em sessão realizada em 29 de março de 2012 ("Sociedade"). **Considerando** que a Sociedade foi constituída com prazo de duração indeterminado; **Considerando** que à Brasilor não mais interessa a manutenção da Sociedade; **Considerando**, que o capital social da Sociedade se encontra totalmente integralizado pela Brasilor; **Resolve** a Brasilor promover a extinção da Sociedade de acordo com os termos do artigo 1.033, II do Código Civil Brasileiro e com os seguintes termos e condições: **Primeiro** - A única sócia-quotista nomeia, como liquidante, Nicolas Jean Etienne Duhamel, francês, solteiro, administrador, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro de nº v364178-4, expedida pelo CGPI/DIREX/DPF e inscrito no CPF/MF sob o nº 229.773.538-36, com endereço profissional na Rua Visconde de Ouro Preto, nº 5, 4º andar, bairro de Botafogo, CEP 22250-180, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ("Liquidante"), a qual é responsável pela custódia dos livros societários da Sociedade e à quem são outorgados poderes específicos para: (i) conservar os documentos e livros sociais da Sociedade durante o prazo previsto em lei; (ii) exibi-los sempre que formalmente solicitado por qualquer autoridade federal, estadual ou municipal; e (iii) receber citações ou notificações judiciais em nome da única sócia-quotista da Sociedade. **Segundo** - Nos termos do balanço de encerramento levantado em 29 de novembro de 2021, a Sociedade não possui ativos e qualquer dívida contra sua única sócia-quotista ou terceiros. **Terceiro** - Em razão da inexistência de dívidas e de ativos a serem transferidos à única sócia-quotista, a única sócia-quotista resolve extinguir a Sociedade. **Quarto** - A única sócia-quotista se responsabiliza por quaisquer débitos que, por qualquer motivo, venham a ser cobrados da Sociedade. **Quinto** - Com a conclusão da liquidação foi declarada extinta a Sociedade. **Sexto** - Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento. **Sétimo** - A Liquidante nomeada no presente instrumento assina o mesmo, dando ciência das obrigações assumidas. E assim, Brasilor e a Liquidante assinam o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo. São Paulo, 29 de novembro de 2021. **Brasilor Comércio de Produtos Ópticos e Participações Ltda. -** Nome: Nicolas Jean Etienne Duhamel - Cargo: Administrador. Nome: Tatiana Martins Kipper - Cargo: Administradora. **Liquidante:** Nicolas Jean Etienne Duhamel. JUCESP 564.253/21-2, em 02/12/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EMPRESA CIDADÃ

Paulo Márcio de Mello
Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj)
paulomm@paulomm.pro.br

Do ponto aonde chegamos, dá para prosseguir?

A introdução de práticas de responsabilidade socioambiental (RSA) no ambiente empresarial corporativo foi responsável por algumas mudanças na papelaria das empresas e no credo corporativo de algumas delas.

A expectativa de representarem essas novas práticas (nem sempre tão novas assim), saudadas por muitos, como se fossem a redenção do modo capital industrialista de produção no que tem de mais perverso – a exclusão e a concentração da renda e da riqueza – além da contenção das mudanças climáticas, colocou um bloco de otimistas na rua nos primeiros dias desse pré-carnaval, tão logo se fizeram ouvir os primeiros sons da batida dos surdos de marcação e os primeiros roncos da cuíca.

Alguns reveses também foram sentidos (e como...), a exemplo da matéria "The Good Company", publicada na revista inglesa com circulação mundial no meio dos negócios *The Economist*, de 22 de janeiro de 1984, umas das primeiras pitadas de ceticismo em relação ao alcance das (novas) práticas empresariais, compensados por sucessos impactantes, como os documentários *Super size me* (dirigido por Morgan Spurlock) e *The story of stuff* (produzido, dirigido e apresentado por Anne Leonard).

As práticas da RSA tiraram-nas da relação das maravilhas curativas e as recolheram à caixa de ferramentas da Administração de empresas, assim como aquelas propostas por F. W, Taylor (Administração científica; Tempos e movimentos), referenciada por W. Fayol (Clássicos e controle), H. Ford (linha de produção), F. Gilbreth (estruturação), M. Weber (Organização Burocrática), R. E. Olds (linha de produção), Bares (Organização burocrática) E Deming (Qualidade, garantia de repetição do sucesso) e muitos mais,

A RSA deixou-se encantar. Pelo marketing, pelas vendas, pelo faturamento e por outros. Precisa retomar a sua órbita original, muito mais do que fazer pequenas correções de curso.

Nos debates da campanha presidencial de 1982, com bom humor, Leonel Brizola disse certa vez que a burguesia brasileira não cabia em Miami. Portanto, era preciso resolver as questões daqui, já que esta rota de fuga não existia.

A sonda espacial *Perseverance*, enviada pela Nasa a Marte, que pousou suavemente no Planeta Vermelho, em 18 de fevereiro deste ano, começou recentemente a enviar sinais que significam a possibilidade de que haja água abundante em Marte. Parodiando o Leonel Brizola de 1982, diria que, mesmo com toda esta água, a burguesia norte-americana não cabe inteira em Marte. É preciso resolver as questões socioambientais daqui.

Feliz Natal.

HÍGIA AMBIENTAL S.A.
CNPJ nº 43.909.925/0001-62 – NIRE 333.0034060-2
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
1) LOCAL, DIA E HORA: Sede da HÍGIA AMBIENTAL S.A. ("Companhia"), na Rua Santa Luzia, n° 651, Pav. 5, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.030-041, no dia 29 de novembro de 2021, às 11:00 horas. **2) CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, na forma do §4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S/A"), tendo em vista a presença da acionista única, devidamente representada. **3) MESA:** Presidente: Antonio Carlos Ferrari Salmeron e Secretário: Ricardo Mota de Farias. **4) ORDEM DO DIA:** Exame, discussão e deliberação acerca da seguinte matéria: a. Alteração do endereço da Companhia; e b. Alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia. **5) DELIBERAÇÕES:** À unanimidade, foram tomadas as seguintes deliberações: a. Alterar o endereço da Companhia, que passa a ser **Rua Santa Luzia, n° 651, Pav. 20, Parte, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.030-041**. b. Por conseguinte, em razão da alteração do endereço, o artigo 3º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar da seguinte forma: ***Artigo 3º*** *- A Companhia, cuja duração será por tempo indeterminado, tem sede e foro na Rua Santa Luzia, n° 651, Pav. 20, Parte, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.030-041, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir e instalar sucursais, filiais e escritórios, no Brasil e no exterior.* **6) ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente Ata lida e aprovada pelos presentes, sem quaisquer ressalvas. **7) ASSINATURAS:** Presidente da Mesa: Antonio Carlos Ferrari Salmeron; Secretário da Mesa: Ricardo Mota de Farias. Acionista única: VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S.A., através de seus Diretores, Antonio Carlos Ferrari Salmeron e Ricardo Mota de Farias. *"Confere com o original lavrado no livro próprio."* **Ricardo Mota de Farias -** Secretário da Mesa**. Certidão** - Jucerja - Registrada sob o nº 00004669553 em 17/12/2021. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário-Geral.

Assine o jornal
Monitor Mercantil
(21) 3849-6444

Faturamento de restaurantes caiu 4,4% em outubro

Setor continua com desempenho abaixo do esperado

Restaurantes, bares, lanchonetes e padarias registraram queda de 4,4% no faturamento em outubro, em comparação com o mesmo mês de 2020, é o que apontam os índices divulgados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), em parceria com a bandeira Alelo. Os dados, que avaliam o desempenho dentro do cenário da pandemia e consideram a inflação no período (ou seja, são calculados em termos reais), mostram também uma leve queda no valor gasto nos supermercados (-0,6%).

Os Índices de Consumo em Restaurantes (ICR) revelam ainda baixa de 0,5% na quantidade de vendas e de 3,1% no número de estabelecimentos que efetivaram pelo menos uma transação no mês de outubro.

Em relação aos Índices de Consumo em Supermercados (ICS), os dados de outubro, em comparação com o mesmo período de 2020, indicam que o segmento encerrou o período com aumento de 6,1% na quantidade de vendas. No mais, o número de estabelecimentos que realizou pelo menos uma venda registou alta de 2,8%.

Quando observamos as variações calculadas comparando 2021 com 2019, período pré-pandemia, o ICR mostra queda nos três indicadores em outubro: -27,6% no faturamento, -44% na quantidade de vendas e -4,7% no número de estabelecimentos que realizou transações.

Já ao ter como base o comportamento de consumo em supermercados, de acordo com o ICS, observamos um aumento de 2,6% no faturamento e 3,9% no número de estabelecimentos que registrou ao menos uma transação, enquanto houve queda de 9,2% nas quantidades de transações.

Segundo os pesquisadores da Fipe, a avaliação dos resultados de outubro de 2021 tem como destaque a deterioração do consumo em restaurantes em todas as aberturas do indicador (número de estabelecimentos, volume de transações e valor das transações) tanto na comparação em 12 meses (outubro de 2020) quanto em 24 meses (outubro de 2019). Isso implica reconhecer que o desempenho do consumo do segmento não reagiu como se esperava, até o referido mês.

Em termos regionais, adotando como parâmetro a variação do valor gasto em restaurantes entre outubro de 2019 e outubro de 2021, é possível evidenciar um maior impacto na região Centro-Oeste (-29,1%). Entre as demais, a queda no valor total gasto foi de: Sudeste (-27,9%), Sul (-26,4%), Nordeste (-25,6%) e Norte (-24,8%). Individualmente, as unidades federativas mais impactadas em outubro foram: Rio de Janeiro (-37,3%), Distrito Federal (-35,7%), Rio Grande do Sul (-33,0%), Amazonas (-31,8%), Piauí (-31,5%) e Bahia (-31,4%). Já entre as unidades com aumento e/ou quedas menos expressivas, destacaram-se: Acre (+29,1%), Roraima (+16,2%), Rondônia (+7,8%), Amapá (+4,7%) e Maranhão (+1,8%). Finalmente, vale citar as variações em: São Paulo (-25,7%), Minas Gerais (-28,8%), Paraná (-24,7%), Santa Catarina (-21,5%) e Pernambuco (-27,1%).

Comitê científico aprova carnaval no Rio

O Comitê Especial de Enfrentamento à Covid-19 (CEEC), que assessora cientificamente a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) do Rio de Janeiro, deliberou por não impor restrições à realização do carnaval na cidade. Em 2022, o carnaval será nos dias 26, 27 e 28 de fevereiro e 1º de março, terça-feira.

Ele também apoiou a vacinação contra a doença em crianças, inclusive sugerindo a compra direta pelo município. As duas recomendações foram tomadas na reunião desta segunda-feira e divulgadas nesta terça-feira.

"O CEEC, fundamentado no cenário epidemiológico favorável (número de casos, número de casos internados, % de positividade de testes), com 80% de cobertura vacinal atual, na análise dos dados de todos os eventos com aglomeração no país e no Rio de Janeiro, e sustentado pelas evidências científicas disponíveis, recomenda à SMS que não estabeleça, nesse momento, nenhuma restrição à realização do carnaval carioca", destacaram os especialistas que integram o comitê.

Quanto à vacinação em crianças, os técnicos demonstraram apoio à medida, salientando que ela se baseia em evidências disponíveis até o momento, devendo o governo municipal avaliar a possibilidade de comprar as vacinas diretamente dos laboratórios.

"Alinhado às sociedades científicas e às melhores evidências até aqui disponíveis, o CEEC recomenda fortemente à SMS que todas as medidas sejam adotadas para implementar a campanha de vacinação em crianças, avaliando, inclusive, a eventual necessidade de compra direta aos fornecedores", destacaram os integrantes do comitê.

O CEEC é formado por médicos, cientistas, professores universitários, especialistas em saúde, membros da prefeitura e pelo secretário municipal de Saúde do Rio, Daniel Soranz.

Mercado erótico deve fechar ano faturando US$ 33 bi

De acordo com o portal Mercado Erótico, 1 milhão de vibradores foram comercializados durante o período de isolamento social. E segundo o Statista, empresa alemã especializada em dados do consumidor, neste ano, o setor de produtos sexuais deve encerrar movimentando no mundo todo US$ 33 bilhões, e alcançar US$ 35 bilhões no ano que vem. Os números revelam o quanto o mercado segue aquecido e com bastante potencial de crescimento, graças ao emprenho das marcas do setor que estão investindo em produtos sofisticados e com materiais de qualidade, além do aumento de consumidores que estão deixando de lado o tabu e os preconceitos e usando cada vez mais sex toys, cosméticos sensuais e suplementos capazes de melhorar o desempenho sexual.

Segundo a Veja Rio de 14 de julho de 2020, "o Rio é o segundo maior mercado de vendas de produtos eróticos no Brasil, com 11% do setor, atrás de São Paulo, com 33%."

De acordo com a matéria, o varejo eletrônico, na ocasião, "já representava 70% do faturamento de sex shops, e a pandemia tem influenciado no aumento deste cenário: as vendas de vibradores subiram 50% desde março, de acordo com pesquisa do portal especializado Mercado Erótico. Segundo a Associação Brasileira de Empresas do Mercado Erótico e Sensual (Abeme), o isolamento social contra a disseminação da Covid-19 pode levar ao crescimento de até 12% na compra de vibradores e outros produtos sexuais."

Voto de congratulações

O vereador de Teresópolis Jaime Medeiros homenageou, na última quarta-feira, em nome da Câmara Municipal, a protetora dos animais e do meio ambiente Cristina Maria Porto Guerra, com um Voto de Congratulações.

Na homenagem está registrado: "Uma mulher empenhada em fazer sempre o melhor, com a noção e o compromisso social de trabalhar para socializar o saber e promover a diminuição de práticas discriminativas, favorecendo também a integração dos diferentes tipos de saberes."

E finaliza: "Por tudo isto, fica registrado nos anais desta Egrégia Casa Legislativa o presente Voto de Congratulações para que produza todos os efeitos legais demonstrando dessa forma o apreço a quem tanto tem feito pela educação de nossa cidade."

Três perguntas: as novas fronteiras da securitização

Por Jorge Priori

Conversamos com José Alexandre Freitas, presidente da Oliveira Trust, sobre as novas fronteiras da securitização: o uso de tokens e da blockchain.

Como você tem visto o processo de tokenização de ativos?

Trata-se de uma terceira via para o mercado. Até o final da década de 1990, o mercado se acostumou com as operações feitas através de companhias securitizadoras. A partir dos anos 2000, passou-se a utilizar essas estruturas com fundos de investimento, com captação e compra de ativos, independente de ser uma securitização efetiva ou não, mas sempre lastreada num ativo. Por exemplo, nós sempre tivemos um CRI, CRA, FIDC, FIP ou FII lastreado por ativos.

Essas estruturas mais comuns são pesadas, pois passam pela CVM. Existem ofertas com material de diligência tão pesado que se tem 400, 500 páginas de documentação, fazendo com que apenas os grandes emissores, interessados em captar em cima de um determinado ativo, possam ser atendidos. Hoje, usando as estruturas disponíveis, uma oferta abaixo de R$ 50 milhões é inviável para o mercado.

O token serve para substituir, em algumas estruturas, a possibilidade de utilização de um dos veículos existentes. Ele nada mais é do que a representação do direito sobre um ativo, mesma que seja uma fração ou um quinhão. Isso faz com que se consiga pulverizar e distribuir aquele ativo entre diversos investidores com a vantagem de ser uma captação sem fronteiras. O token migra entre as wallets dos investidores independente do seu país de origem.

Obviamente, quem fez o primeiro aporte, quem selou a entrada do dinheiro do mundo real no mundo digital, fez uma análise de prevenção à lavagem de dinheiro. O ponto é que depois que esse dinheiro vira um token, ele consegue transitar num mercado sem fronteiras. As vantagens da captação via token é que ela se reflete basicamente nos pequenos e médios empresários, que poderão se valer dessa ferramenta para captar sem os grandes bancos, além de permitir uma captação sem fronteiras, não restrita aos investidores que estão registrados na bolsa ou nos mercados organizados de balcão.

Para ilustrar, nós temos dois pontos. Atualmente, existem mais CPFs registrados nas corretoras de cripto, 4 milhões, do que na bolsa, 3 milhões. Outro ponto são as antecipações dentro do ambiente de bancarização. Posso citar o exemplo de uma empresa que fornece produtos para uma grande rede de supermercados com baixo risco de crédito. Essa empresa tem recebíveis no montante de R$ 15 milhões que vencerão daqui a 60 dias. Se essa empresa quiser antecipar esse valor, ela tem que ir a um banco comercial com o qual trabalha. O problema é que se ela tiver um limite de crédito de R$ 10 milhões, o banco não fará a antecipação, independente da qualidade do recebível.

Temos também o exemplo de empresas que vendem no cartão de crédito. Caso essas empresas queiram antecipar seus recebíveis, elas dependerão das grandes credenciadoras como Cielo, Stone, Rede e Getnet, o que faz com que os valores sejam antecipados com uma grande taxa de desconto, a depender do relacionamento detido entre o estabelecimento comercial e as respectivas credenciadoras. O token quebra essas estruturas ao ligar a empresa que tem os recebíveis a investidores, no mundo todo, que têm interesse em comprar um pouquinho do risco do ativo que está sendo antecipado, sem intermediação bancária. Esse é um caminho sem volta.

Agora, quando eu falo em tokenização, eu me refiro à emissão de um token lastreado num ativo que não seja um valor mobiliário. Se for feita a emissão de um token lastreado numa ação, numa debênture ou num CRI, a operação precisa passar pela CVM. É possível fazer a emissão do token? Sim, mas é necessário pedir a autorização da CVM. Mas se a emissão for de um token lastreado numa duplicata ou num CCI, que não são valores mobiliários, a operação não precisa passar pela CVM.

Assim, nós temos dois mercados de token: um regulado pela CVM, que ainda está em processo de testes, mas que acredito que no curto prazo estaremos submetendo à autarquia uma oferta desse tipo; e um não regulado pela CVM, mas pelo Banco Central, por exemplo, de captação quando o lastro não é um valor mobiliário.

Como você tem visto o impacto das novas tecnologias na securitização?

Eu vou falar da nossa realidade hoje comparada com a realidade de alguns anos atrás. Há mais de 20 anos, quando queríamos fazer uma transação bancária, você tinha que depositar um cheque. Se o cheque fosse de outro estado, ele ficaria bloqueado por dois dias úteis até a sua compensação. Depois disso, nós tivemos o DOC, que era processado à noite para aparecer no dia seguinte na sua conta, e, posteriormente, a TED, que era processada rapidamente, mas num determinado espaço de horário.

Recentemente, nós tivemos o advento do Pix, com seu processamento 24x7, com o qual se pode pagar uma compra de 5 panos de prato ou uma compra de R$ 50 mil, independente do banco ou do horário (agora existe uma janela noturna).

Nessa evolução do cheque para o Pix, muita coisa ficou na época do cheque. Hoje, nós não temos um mercado dinâmico com processamento 24x7. Para que se possa acompanhar essa evolução, é necessário olhar para a blockchain, tecnologia empregada nos tokens e que possui uma variedade enorme de estruturas no mercado. A blockchain permite dar segurança e dinamismo no processo de liquidação, independente de haver alguém processando aquela carteira. Quem vai dizer que uma pessoa tem um determinado ativo é a rede de processamento, nesse caso a blockchain.

Já estamos implementando essa tecnologia nas áreas de back-office da Oliveira Trust, principalmente nas partes de custódia, controladoria e escrituração de ativos. Com a blockchain, você não terá mais um servidor daquela carteira, e sim chaves de validação da informação espalhadas em milhares de computadores pelo planeta, que ao juntarem as chaves, dirão que uma determinada pessoa possui 100 debêntures.

Outro ponto é que existem travas do próprio mercado financeiro. Uma pessoa pode transferir R$ 1 milhão às 16h, caso esteja habilitada a transacionar esse montante, mas não é possível fazer essa operação às 21h. Depois das 17h, não existem muitas operações relevantes entre bancos, pois o dinheiro que estava parado nas contas-correntes foi zerado por eles em títulos públicos ou recolhimento de compulsórios.

O mercado ainda está se adaptando a necessidade de se ter uma grande clearing financeira entre todos os bancos que tenha um montante de recursos suficiente que permita o atendimento de transações das 17h às 6h do dia seguinte. Quando isso acontecer, vai acabar o processamento noturno. Isso será em tempo real, fazendo com que a blockchain se torne mais útil já que ela processa e liquida instantaneamente, sem o chapéu único de uma instituição. Já existem projetos para isso.

Como ficarão os prestadores de serviços dentro dessa nova estrutura?

O mercado brasileiro de capitais é bastante robusto e seguro, pois aprendeu muito com os seus erros e processos. Não adianta fazer um token lastreado em duplicatas se você não tiver um agente fiduciário ou custodiante que faça o controle dessa duplicata de forma isenta, garantindo ao titular do token a segurança e a certeza de que aquela duplicata não vai pertencer a outra pessoa. Ela pode ficar inadimplente, caso o devedor não a pague, mas se ela for paga, quem vai receber é o titular do token.

Os custodiantes passarão a acumular funções de agente fiduciário, que fará a custódia dos ativos que lastreiam os tokens, e as bolsas e depositárias serão substituídas pelas plataformas de negociação e pela blockchain, que fará o processamento e a liquidação financeira das operações.

Duas décadas depois de ser criada, gestora Sparta toca sino na B3

Há 25 anos no mercado, a gestora Sparta fez nesta terça-feira o toque de campainha que marcou a sua entrada na B3. A partir de agora, as cotas do fundo podem ser negociadas com o ticker JURO11. A Sparta – que atua no segmento de renda fixa e crédito privado – afirma ter R$ 3 bilhões sob gestão.

Gerido pelo Sparta, gestora independente, o fundo (composto por INFRA FIC FI-IFRA) tem como estratégia a alocação de recursos em produtos de renda fixa do ramo de infraestrutura. Suas cotas são destinadas ao investidor qualificado e o produto é isento de Imposto de Renda (IR).

Texto do manual de gestão de risco da Sparta, destaca que as métricas de acompanhamento de risco de mercado são definidas de acordo com a política de investimento e com as particularidades de cada fundo. "O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é definir o tamanho máximo dos riscos aos quais os fundos podem se submeter e o impacto que o movimento dos preços de mercado pode trazer", destaca o manual.

Podem ser adotadas diversas métricas, inclusive com fins gerenciais que são monitoradas como informação adicional à área de gestão, mas entre as principais metodologias estão a VaR Paramétrico, que mede a perda máxima esperada para o horizonte de um dia útil, com confiança de 97,5%, em situações de normalidade. Utiliza-se um modelo paramétrico delta-normal, cuja matriz de covariância é calculada com base em histórico diário dos últimos 2 anos;

Outra metodologia é a VaR Histórico, que mede a perda máxima esperada para o horizonte de um dia útil, com confiança de 97,5%, em situações de normalidade. Utilizase um modelo de simulação histórica simples, com base nos retornos dos ativos do portfólio nos últimos 252 dias úteis.

Existe ainda a metodologia do Stress Test, que mede a perda máxima esperada num cenário de ruptura para um horizonte de três dias úteis. O modelo utilizado conta com diferentes cenários, testando concentrações e quebras de correlação entre os diferentes mercados. Os parâmetros de stress test de cada mercado são revisados semestralmente pelo Comitê de Risco e Compliance e definidos com base nos maiores movimentos dos últimos 10 a 20 anos.

É usada também a metodologia da Alavancagem. Trata-se, no caso da exposição líquida por mercado dividido pelo PL do fundo. A alavancagem pode ser em relação a um mercado específico, ou em relação ao fundo como um todo, quando são somados os valores absolutos da alavancagem por mercado. No caso das opções, a métrica utilizada para compor a alavancagem é o "Delta", e Sensibilidade a choque, que se resume ao impacto da aplicação de um choque nos preços ou parâmetros de uma posição. Pode ser calculado em relação a uma posição ou em relação ao fundo.

Os Fundos de Investimento em Infraestrutura (FI-Infra) são produtos que reúnem ativos que alocam recursos no segmento de infraestrutura. Esta modalidade de produto é isenta de Imposto de Renda e, normalmente, é destinada a qualquer tipo de investidor, permitindo às pessoas físicas acessarem mercados como de energia elétrica, construção de rodovias e saneamento, com baixo valor de aporte inicial.

De acordo com as regras, neste tipo de fundo cabe ao administrador, uma instituição financeira específica, constituir o fundo e realizar o processo de captação de recursos junto aos investidores através da venda de cotas. Todo FI-Infra possui um regulamento que, dentre outras disposições, determina a política de investimento do fundo. A política pode ser específica e estabelecer, por exemplo, que o FI-Infra invista apenas em debêntures incentivadas.

China reduz principal taxa de empréstimo de um ano

A China reduziu a sua principal taxa de empréstimo (LPR, em inglês) de um ano pela primeira vez em 20 meses. Objetivo é reforçar a economia real. A LPR de um ano, uma taxa de empréstimo de referência baseada no mercado, chegou a 3,8% em dezembro, diminuindo de 3,85% do mês passado, conforme o National Interbank Funding Center (NIFC).

A LPR de mais de cinco anos, no qual muitos bancos baseiam suas taxas hipotecárias, permaneceu inalterada em relação à leitura anterior de 4,65%. A redução da LPR de um ano ajudará as instituições financeiras a reduzir ainda mais o custo de financiamento da economia real, disse Wen Bin, analista-chefe do China Minsheng Bank. Enquanto isso, a manutenção da LPR de cinco anos ajuda a manter o desenvolvimento estável e sólido do mercado imobiliário, disse Wen.

Para aliviar a pressão descendente sobre a economia real, a China anunciou recentemente um corte no depósito compulsório para as instituições financeiras. A redução injetou um total de 1,2 trilhão de yuans (US$ 187,7 bilhões) em fundos de longo prazo na economia.

SMARTCOAT – SERVIÇOS EM REVESTIMENTOS S.A.
CNPJ/ME nº: 09.122.486/0001-05 - **NIRE**: 33.3.0032943-9
Assembleia Geral Extraordinária Edital de Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas da **Smartcoat – Serviços em Revestimentos S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada virtualmente, nos termos do disposto na Instrução Normativa nº 81, do Departamento de Registro Empresarial e Integração ("DREI"), às **10:00 (dez) horas do dia 29 de dezembro de 2021**, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Extinção do Conselho de Administração da Companhia e destituição de seus membros; e (ii) Reforma e Consolidação do Estatuto Social da Companhia. Os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, poderão participar da AGE virtualmente, através do acesso gratuito à plataforma de videoconferência "*Microsoft Teams*", sendo que os documentos e informações obrigatórias estarão à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia ou por meio do e-mail ri@priner.com.br. Para participação na AGE, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*", os acionistas devem enviar uma solicitação à Companhia pelo e-mail indicado neste Edital de Convocação, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas em relação ao horário marcado para o início da AGE, acompanhada de toda a documentação necessária, conforme mencionada abaixo. Uma vez recebida a solicitação e verificada a documentação fornecida, a Companhia enviará ao acionista os dados para a sua participação por meio da plataforma ora referida. Será necessário que os acionistas apresentem documentos para comprovar sua identidade e qualidade de acionistas, para que sejam admitidos à AGE. O acionista pessoa jurídica deverá estar representado por seu representante legal. Observadas as restrições legais, os acionistas poderão ser representados na AGE por mandatário, devendo, neste caso, ser apresentados ainda o instrumento de mandato e o comprovante de identidade do mandatário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2021. - *A Diretoria.*

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES FRESCAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
CNPJ Nº 34.033.209/0001-73
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÕES SINDICAIS

Em conformidade com o disposto no Estatuto, ficam convocados todos os associados no exercício dos seus direitos sindicais e quites com a tesouraria para eleições dos membros efetivos e suplentes da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos representantes no Conselho de Representantes da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro, para mandato de 05 de março de 2022 a 04 de março de 2026, a realizar-se no dia 27 de janeiro de 2022, em primeira convocação, às 9h, com a presença de 50% dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, às 10h, com qualquer número de associados aptos a votar, na Av. Passos, 122 - 3º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ. Os trabalhos eleitorais terão duração mínima de 6 (seis) horas contínuas, a partir da respectiva convocação válida. No caso de empate, nova eleição se realizará em 28 de fevereiro de 2022, limitado às chapas concorrentes, no mesmo local e horários acima estabelecidos. Será de cinco dias úteis o prazo para registro de chapas, contados da publicação deste edital, com início em 23 de dezembro de 2021 e término em 29 de dezembro 2021. O requerimento do registro de chapa deverá ser entregue na secretaria do Sindicato, na Av. Passos, 122, 3º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ, a qual funcionará de segunda a sexta-feira, no horário de 10h às 16h, em 2 (duas) vias, acompanhado dos documentos comprobatórios do atendimento às exigências legais, bem como daquelas previstas no artigo 14 do Estatuto, dirigido ao Presidente da Entidade e assinado por integrante da chapa. A impugnação de chapa ou de candidato poderá ser feita até o quinto dia seguinte ao da publicação do Edital de Divulgação de Chapas Registradas. Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2021. A.) **Luciano Lopes Duarte** - Presidente.

Vale venderá seus ativos de carvão

A Vale pretende focar em seus negócios core e em sua ambição de se tornar líder na mineração de baixo carbono. A empresa - que foi alvo nos últimos anos de diversos processos na justiça por acidentes com barragens e ter provocado a morte de dezenas de pessoas - tem repetido essa mensagem desde o início deste ano, quando anunciou ao mercado estar saindo desse tipo de negócio.

A mineradora divulgou nesta terça-feira ter fechado um acordo vinculante com a Vulcan Minerals para vender a mina de carvão Moatize e o Corredor Logístico Nacala pelo total de US$ 270 milhões, composto por US$ 80 milhões na conclusão da transação e US$ 190 milhões do negócio existente até a conclusão. Também está incluído um Acordo de Royalty de 10 anos sujeito a certas condições de produção da mina e preço do carvão.

De acordo com a Vale, a conclusão da transação está sujeita ainda ao cumprimento das condições precedentes usuais, incluindo a aprovação do Ministério de Recursos Minerais e Energia de Moçambique, e a aprovação do Governo de Moçambique nos termos dos contratos de concessão para a mudança de controle e antitruste. "A Vale está empenhada em trabalhar em conjunto com os governos de Moçambique e do Malawi para garantir uma transição suave para a nova operadora", disse em nota Eduardo Bartolomeo, presidente da empresa.

No início de 2021, a Vale anunciou seu objetivo de não mais possuir ativos de carvão. Nos últimos 15 anos, a mineradora trabalhou em parceria com os governos de Moçambique e Malawi na implementação da mina de Moatize e dos 912 quilômetros de ferrovia para o transporte de carvão naquela localidade, além da renovação das operações de carga geral e transporte de passageiros. Estes investimentos representam um legado relevante para os países e são um importante vetor para o desenvolvimento local.

Enquanto conduzia um processo de busca responsável de um investidor no negócio do carvão, a Vale disse que continuou a apoiar o ramp-up do projeto e seus compromissos com a sociedade e as partes interessadas. "Tenho o prazer de anunciar este passo para o desinvestimento responsável de Moatize e CLN, em uma transação que beneficia as comunidades e governos onde essas operações estão localizadas e oferece um futuro sustentável para as operações. Esta é mais uma conquista do nosso compromisso de reshape nossa empresa, com foco em nossos principais negócios", disse Eduardo Bartolomeo, CEO da Vale.

A Vulcan é uma empresa privada que faz parte do renomado Jindal Group com valor de US$ 18 bilhões. O Jindal Group tem vasta experiência de trabalho em Moçambique com as operações da mina Chirodzi, localizada na Bacia de Tete em Moçambique, uma mina a céu aberto operando a 5 Mtpa. As empresas do Jindal Group são signatárias da World Steel Sustainable Development Charter, 2015, e também são membros da Climate Action da World Steel Association.

Essas políticas refletem o propósito e a intenção do Grupo em relação ao Pacto Global das Nações Unidas, à World Steel Sustainable Development Charter e Global Reporting Initiative Standards. Jindal Group também tem várias fundações que buscam a Responsabilidade Social Corporativa e filantropia, com foco principal em atender às necessidades de saúde e nutrição, água potável e saneamento, acesso à educação, empoderamento das mulheres e outros.

Crédito total deve crescer 1,3% em novembro mesmo com Selic alta

Em novembro, o saldo total de crédito deve crescer 1,3%, o 10º avanço mensal seguido, impulsionado pelo crédito livre, que segue em elevado ritmo de expansão, mesmo diante do recuo da atividade econômica e da alta da taxa Selic. A base de comparação deve fazer com que a carteira total mostre alguma desaceleração, de 16% para 15,2%, embora o saldo ainda continue em um patamar bastante elevado, projetou nesta terça-feira a Pesquisa Especial de Crédito da Federação Nacional de Bancos (Febraban).

A pesquisa é divulgada mensalmente como uma prévia da Nota de Política Monetária e Operações de Crédito do Banco Central (BC). As projeções são feitas com base em dados consolidados dos principais bancos do país, que representam de 39% a 89% do saldo total do Sistema Financeiro Nacional, dependendo da linha de crédito, além de outras variáveis macroeconômicas que impactam o mercado de crédito.

Segundo o diretor de Economia, Regulação Prudencial e Riscos da Febraban, Rubens Sardenberg, o destaque em novembro deverá ser novamente a carteira de pessoa física (PF), que deve evoluir 1,8%, com estimativa de alta tanto nas carteiras de crédito livre (1,9%) quanto de crédito direcionado (1,6%).

"Além de seguir beneficiada pela reabertura das atividades e recuperação do mercado de trabalho, a carteira de pessoa física livre deve contar com o impulso sazonal que ocorre no fim do ano, período de maior consumo das famílias, o que beneficia modalidades como cartão de crédito. Crescimento similar deve ser observado na carteira de crédito direcionado (1,6%), com o crédito rural liderando o ritmo de expansão da carteira no mês, que deve acelerar para 18,2%, o maior desde junho de 2015 (19,1%)", explica.

Já a carteira de pessoa jurídica (PJ) deve mostrar um crescimento mais moderado, de 0,7% em novembro. "A alta deve ser puxada pela carteira livre (1,6%), beneficiada pelas compras de fim de ano, com impacto notável sobre descontos de duplicatas e recebíveis. Na outra direção, a expectativa é de que a carteira direcionada mostre retração de 0,9% e continue exibindo uma desaceleração relevante", destaca o diretor.

A Pesquisa Especial de Crédito mostra, ainda, que o volume de concessões segue em elevado patamar histórico e deve apresentar crescimento de 7,4% em novembro, levando o ritmo de expansão acumulada em 12 meses para 16,6%, o maior desde o início da série (2011).

"O crescimento deve ser novamente puxado pelas operações com recursos livres (8,2%), com desempenho positivo tanto na carteira PF quanto na carteira PJ. Além dos fatores que têm impulsionado as concessões nos meses anteriores, como o avanço da vacinação, reabertura dos estabelecimentos, recuperação do mercado de trabalho, e outros, o resultado de novembro já deve ser impactado pelos eventos de fim de ano, especialmente nas modalidades de consumo, como cartão de crédito (PF) e desconto de duplicatas e recebíveis (PJ)", explica Sardenberg.

Em 12 meses, a variação acumulada das operações com recursos livres deve ganhar novo ímpeto, de 15,4% para 17,3%, com destaque para as operações destinadas às famílias, que devem acelerar para 21,1%, reforçando a liderança das operações PF para o crescimento do crédito no ano.

Ainda segundo o levantamento, as operações direcionadas devem seguir se acomodando, registrando uma expansão tímida no mês (0,5%). Após chegar a quase 60% no 1º semestre, o ritmo de expansão acumulada em 12 meses deve recuar para 11,4%.

Conforme a pesquisa, o resultado tem sido afetado pelo término dos programas emergenciais (PJ), enquanto as operações direcionadas PF seguem com bom ritmo de expansão (40%), lideradas pelos financiamentos imobiliários.

ESHO – EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.
CNPJ nº 29.435.005/0001-29 - NIRE 33.3.0029696-4
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os Senhores acionistas da ESHO – Empresa de Serviços Hospitalares S.A. ("Companhia") convidados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de dezembro de 2021, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Barão de Tefé, nº 34, 5º andar, Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.220-460, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Homologar o aumento do capital social da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 30 de abril de 2021 e a consequente alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (ii) Deliberar sobre novo aumento do capital social da Companhia; e (iii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia. Informações Gerais: Os acionistas deverão apresentar na sede da Companhia, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou documento societário pertinente que comprove a representação legal, conforme o caso: o comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia e o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2021.
Marco Aurélio de Alvim Costa - Presidente
Ricardo Hajime Yoshio Watanabe - Diretor Financeiro

VIVACOOP COOPERATIVA DE VENDEDORES DE PLANOS DE SAÚDE E ODONTOLÓGICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA
CNPJ: 08.848.810/0001-04 / NIRE: 33.4.0004799-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINARIA DE LIQUIDAÇÃO FINAL

Ficam convocados os cooperados **VIVACOOP COOPERATIVA DE VENDEDORES DE PLANOS DE SAÚDE E ODONTOLÓGICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA,** para a AGE, a se realizar no dia 03/01/2022, na sede da Cooperativa na Rua Coronel Francisco Soares 46 sala 207 - Centro - CEP. 26.216-032 - Nova Iguaçu - RJ, em 1º. convocação as 17:00h, com a presença mínima de 2/3 dos cooperados; em 2ª convocação às 18:00h com a presença mínima de metade mais um dos cooperados; em 3ª. e última convocação às 19:00h. com a presença mínima de 10 cooperados para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: I – **Prestação de Contas da Liquidação da Cooperativa.** Rio de Janeiro, 22 de Dezembro de 2021.

FELIPE DA SILVA LEÃO – Liquidante.

LARGO DA CARIOCA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 35.687.756/0001-35 - NIRE 33300333461

Ata de AGE em 17/11/21. Data, Hora e Local. No dia 17/11/21, às 12h, na sede social da Cia., na Rua Alcindo Guanabara, 25/1.804, Centro/RJ. Convocação e Presença. Dispensada a convocação prévia consoante o disposto no Art. 124, §4º, da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), em face da presença de acionista representando a totalidade do capital social da Cia., conforme assinaturas constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Cia. Mesa. Presidente: Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque. Secretário: Felipe Franco da Silveira. Ordem do Dia. Deliberar sobre (i) a reeleição dos membros da Diretoria da Cia.; e (ii) a ratificação da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2021. Deliberações Tomadas por Unanimidade. Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, deliberou-se, sem ressalvas e por unanimidade: **(i)** Reeleger, para o cargo de Diretor Presidente da Cia., o Sr. **Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque**, brasileiro, casado, bacharel em administração, RG 11.605.282-0 - IFP/RJ e CPF 025.989.187-89, com mandato de 2 anos a contar da presente data, permitida a reeleição, conforme o estatuto social da Cia.. Reeleger, para o cargo de Diretor sem Designação Específica, o Sr. **Felipe Franco da Silveira**, brasileiro, casado, administrador, RG 14.157.566-9 - SSP/SP e CPF 261.377.018-08, com mandato de 2 anos a contar da presente data, permitida a reeleição, conforme o estatuto social da Cia.. **(ii)** Ratificar a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2021 em até R$ 100,00, já incluídos todos os valores relativos aos benefícios e verbas de representação dos administradores, nos termos do artigo 152, caput, da Lei 6.404/76. Por fim, o acionista autorizou a administração da Cia. a tomar todas as providências necessárias à efetivação das deliberações ora aprovadas. Encerramento e Lavratura da Ata: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se, na forma de sumário, a ata referente a esta AGE, nos termos do Art. 130, §1º da Lei das S.A., que foi aprovada pelos presentes. RJ, 17/11/21. Mesa: **Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque** - Presidente; **Felipe Franco da Silveira -** Secretário. Jucerja em 16/12/21 sob o nº 4668379. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MAQUINISMOS, FERRAGENS, TINTAS, LOUÇAS, VIDROS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO A VAREJO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
CNPJ 33.531.658/0001-89

EDITAL - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – AGO

O presidente do Sindicato, de acordo com as normas Estatutárias e Legislação vigente, convoca todos associados, quites com suas obrigações estatutárias, para comparecerem à assembleia que será realizada na Sede Social, na Av. Graça Aranha, 19 sala 1102, no dia 29 de dezembro de 2021, às 09:30h em primeira convocação ou às 10:00h em segunda convocação para apreciar, discutir e decidir a seguinte ordem do dia: a) Relatório e Prestação de Contas da diretoria do exercício de 2020; b) Previsão Orçamentária para o exercício de 2022. Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2021. **José Moreira dos Santos** - Presidente.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

Fernando Rodrigues De Oliveira, *portador da identidade nº 45.627.705-5, expedida pelo SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 306.716.498-92. Declara, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargos de administração na* ***Ativa Investimentos S.A. Corretora de Títulos, Câmbio e Valores****. Esclarece que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet). Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB. Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf mencionado abaixo.*

BANCO CENTRAL DO BRASIL
Departamento de Organização do Sistema Financeiro – DEORF
Gerência Técnica no Rio de Janeiro – GTRJA
Avenida Presidente Vargas, 730 – 19º andar – Centro
20071-900 - Rio de Janeiro (RJ)
Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 2021.

Tijoá Participações e Investimentos S.A.
CNPJ/ME nº 14.522.198/0001-88 – NIRE 35.300.414.063
Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 novembro de 2021

Data, Hora e Local: Aos 25/11/2021, às 14h30, no endereço da filial da Companhia no Rio de Janeiro, RJ, por vídeo conferência. **Convocação e Presença**: Reunião convocada de acordo com o Estatuto Social da Companhia. Foi verificada a presença dos membros do Conselho de Administração e membros da Diretoria. **Mesa:** Presidente: Sr. Carlo Alberto Bottarelli; Secretária: Sra. Renata Moretzsohn. **Ordem do Dia**: (i) .....; e (ii) PRCA – Cartas Fiança ONS e CTEEP. **Deliberações:** Aberta a reunião e após exame das matérias constantes da ordem do dia, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade de seus membros presentes: (i) (.....) (ii) Aprovar a contratação de: (a) Fiança CTEEP: Carta de Fiança Bancária (CFB) com Banco Daycoval, em cumprimento à Cláusula 9ª do CCT CTEEP nº 100/2014, no valor de R$ 485.940,89, para o período de 01/09/2021 a 31/08/2022, e pagamento de comissão de 1,5% a.a. do valor da CFB, totalizando o custo da operação em de R$ 7.370,10; e (b) Fiança ONS: Carta de Fiança Bancária (CFB) com Banco Daycoval, em cumprimento à Cláusula 21ª do Contrato nº 045/2014, no valor de R$ 14.573.486,60, para o período de 07/12/2021 a 07/12/2022, e pagamento de comissão de 1,5% a.a. do valor da CFB, totalizando o custo da operação em de R$ 221.638,17. (iii) (.....) **Apreciação:** (i) (.....). **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão, solicitando a lavratura da presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi por todos assinada. Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário. **Assinaturas:** Mesa: Carlo Alberto Bottarelli – Presidente; Renata Moretzsohn – Secretária. Conselheiros: Carlo Alberto Bottarelli, Leticia Costa Manna Leite, Roberto Solheid da Costa de Carvalho e Anderson Lanna Alves Bittencourt. Rio de Janeiro, 25/11/2021. Assinado digitalmente: Renata Moretzsohn – Secretária. JUCESP – Registrado sob o nº 595.852/21-0 em 14/12/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A.
EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ/ME Nº 02.735.385/0001-60 NIRE 33.3.0026105-2

Edital de Primeira Convocação. Pentágono S.A. DTVM ("**Agente Fiduciário**") na qualidade de representante da comunhão dos titulares das debêntures integrantes da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. ("**Debenturistas**" "**Emissão**" e "**Emissora**" respectivamente), convoca os Debenturistas a se reunirem **em primeira convocação**, para a Assembleia Geral de Debenturistas ("**AGD**"), nos termos do Art. 124, §1º, inciso I, do Art. 71, § 2º, da Lei nº 6.404/76, conforme em vigor ("**Lei das S/A**"), e da Cláusula XI do "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.*" celebrado em 27/11/14, conforme aditado ("**Escritura de Emissão**"), a ser realizada de forma **exclusivamente digital, através da plataforma eletrônica Cisco Webex,** no dia **10/01/22, às 14h**, sendo o acesso disponibilizado para os Debenturistas devidamente habilitados nos termos deste edital, com voto proferido somente através da participação em AGD, a fim de deliberar em Ordem do Dia, as seguintes matérias: (i) Aprovar as estratégias para resguardo dos interesses dos Debenturistas no âmbito (i) do processo de Obrigação de Não Fazer de nº 0082778-24.2020.8.19.0001-05, que tramita perante a 2ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro - RJ ("**Processo da Supervia**") e (ii) **do processo de Recuperação Judicial da Emissora que tramita com nº 0125467-49.2021.8.19.0001**, perante a 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro - RJ ("**RJ**"), assim como nos demais processos conexos e/ou incidentais decorrentes dos Processo da Supervia e da RJ a serem adotadas pelo Agente Fiduciário, em representação dos Debenturistas, **conforme orientação do assessor legal da Emissão, que será disponibilizada aos investidores mediante solicitação ao Agente Fiduciário através do e-mail contencioso@pentagonotrustee.com.br ("Orientações do Assessor Legal")**, incluindo mas não se limitando, a interposição de todos os atos e recursos que forem necessários, para manutenção e preservação dos interesses dos Debenturistas, bem como as medidas adotadas até a data de deliberação da AGD pelo Agente Fiduciário no Processo da Supervia e na RJ, em estrito cumprimento do disposto nos artigos 11, inciso II e 12 da Resolução nº 17 da CVM, **e conforme relatório processual disponibilizado de forma constante pelo Agente Fiduciário,** o qual será apresentado também, em caso de dúvidas, na AGD; (ii) Aprovar as estratégias para resguardo dos interesses dos Debenturistas **nos autos da Impugnação de Crédito nº 0246199-59.2021.8.19.0001 em** trâmite perante a 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro - RJ ("**Impugnação de Crédito dos Debenturistas**"), inclusive a manutenção da Impugnação de Crédito dos Debenturistas ainda que seja estabelecida pelo juízo a prova pericial e, assim sendo, definição da forma de aporte de recursos para tanto, a serem adotadas pelo Agente Fiduciário, em representação dos Debenturistas, conforme orientação do assessor legal da Emissão, incluindo mas não se limitando, a interposição de todos os atos e recursos que forem necessários, para manutenção e preservação dos interesses dos Debenturistas, bem como atualização das medidas adotadas até a data de deliberação da AGD, em estrito cumprimento do disposto nos artigos 11, inciso II e 12 da Resolução nº 17 da CVM, e conforme relatório processual disponibilizado de forma constante pelo Agente Fiduciário, o qual será apresentado também, em caso de dúvidas, na AGD; (iii) **Aprovar, que o Agente Fiduciário vote pela não aceitação do Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Emissora nos autos da RJ, em assembleia de credores da RJ ("AGC")**, caso a mesma venha a ocorrer, sem que o Plano de Recuperação Judicial da Emissora a ser votado na AGC, tenha sido deliberado expressamente em sede de AGD da Emissão; (iv) Aprovar a estratégia de excussão das Garantias Reais, conforme orientação do assessor legal**,** a ser adotada pelo Agente Fiduciário no melhor interesse dos Debenturistas; (v) Autorização para que o Agente Fiduciário e o assessor legal da Emissão, pratiquem todos os atos necessários ao cumprimento das deliberações acima. Em razão da situação de calamidade pública, visando a segurança de todos, em linha com a Instrução de Comissão de Valores Mobiliários, Lei de S.A. e DREI nº 79, **a AGD será realizada por meio da plataforma eletrônica Cisco Webex, cujo acesso será disponibilizado pelo Agente Fiduciário àqueles que enviarem por correio eletrônico para contencioso@pentagonotrustee.com.br os documentos de representação até o horário de início da Assembleia.** Para os fins acima, serão aceitos como **documentos de representação**: **a) participante pessoa física** - cópia digitalizada de documento de identidade do Debenturista; **ou**, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou assinatura eletrônica, ou (ii) acompanhada de cópia digitalizada do documento de identidade do Debenturistas; e **b) demais participantes** - cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Debenturistas, e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **ou**, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou assinatura eletrônica, ou (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos do Debenturista. **RJ, 22/12/21. Pentágono S.A. DTVM**.